



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016
(Da Sra. Leandre)

Solicita informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a respeito de convênios e acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento de fármacos.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, §2º da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos seguintes pontos:

1. Relação dos convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional firmados (e ativos) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para o desenvolvimento de novos fármacos;
2. Datas em que foram firmados esses convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional;
3. Quais as metas de cada um desses convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional;



4. Qual a verba destinada para cada um desses convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional;
5. Quais os resultados alcançados até o momento em cada um desses convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional;
6. Se há a participação das empresas (nacionais, estrangeiras e empresas com sede no Brasil) nesses convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional. Em caso positivo, listar todos os aspectos (p. ex.: participação financeira, concessão de planta fabril, compartilhamento de tecnologia, etc.) em que essas participações ocorrem, referentes a cada um dos convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional; e
7. Se existem perspectivas de estabelecimento de novos convênios, acordos, parcerias e programas de cooperação internacional, pelo CNPQ, na área de desenvolvimento de novos fármacos.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF – sediou audiência pública para tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais em 8 de novembro de 2016. As discussões e opiniões de diversos especialistas presentes nessa audiência foram muito produtivas, e permitiram constatar a precariedade da situação de pesquisa e desenvolvimento de fármacos no Brasil.

Entre os problemas levantados, chamou atenção o fato de a indústria brasileira investir muito pouco em pesquisa, sendo as universidades brasileiras, atualmente, as principais responsáveis pela quase totalidade das inovações alcançadas no ramo. Nas palavras do Doutor Jorge Elias Kalil Filho, professor titular de Imunologia Clínica e Alergia da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo – USP –, “no Brasil, a indústria de remédios faz genéricos e cópias”.

Essa dificuldade da indústria brasileira em inovar se deve a alguns fatores, segundo os especialistas ouvidos. Primeiro, o tempo exigido para aprovação de estudos clínicos, que no Brasil chega a ser de um ano, é escandalosamente longo. Segundo, a importação de materiais especiais para pesquisas leva em média 6 meses no Brasil, enquanto que em outros países é concretizada em poucos dias. Terceiro, e novamente nas palavras de Kalil, “não existe a cultura da inovação e há uma aversão a riscos por parte das empresas”. Por fim, e não menos importante, segundo o Doutor Fernando de Queiroz Cunha, professor titular da USP e Consultor do CNPq, a indústria brasileira não tem grupos de pesquisa e não troca experiências com as universidades.

Vemos que as dificuldades enfrentadas pela indústria de fármacos brasileira são de diversas ordens. Alguns desses problemas são estritamente gargalos burocráticos, e exigem uma reformulação dos procedimentos adotados pelas agências para a aprovação de procedimentos. Entretanto, outros problemas decorrem da falta de investimento, bem como da falta de comunicação, de parceria e de intercâmbio de informação entre os protagonistas do processo de inovação. Para atacar esse último tipo de entrave, entendemos que a ação do governo é imprescindível, devendo se concretizar mediante o estabelecimento de parcerias com os diversos envolvidos para impulsionar os esforços de inovação no desenvolvimento de fármacos.

Nesse espírito, e para que o Congresso Nacional seja capaz de atuar de forma adequada na formulação de políticas públicas que busquem efetivamente resolver os problemas apontados, é necessário que os congressistas tenham conhecimento detalhado da atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do CNPq, na promoção da integração e do desenvolvimento da indústria farmacêutica brasileira.

Por entendermos que o tema proposto se reveste da mais alta relevância na agenda política brasileira, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente requerimento.



Sala das Sessões, em de dezembro de 2016.

Deputada LEANDRE